

Palestra Memorial Ralf Dahrendorf

A Invenção dos Estados Unidos

Os Estados Unidos não são uma nação como qualquer outra nem nunca o foram. Não existe actualmente nenhuma etnia americana para apoiar o estado denominado Estados Unidos, e não havia essa etnia identificativa nem mesmo em 1776 quando os Estados Unidos foram criados enquanto nação única.

Muitos países europeus, a Alemanha por exemplo, foram nações antes de se tornarem estados.

Quase todos os estados europeus foram criados a partir de um sentido comum de etnia ou de língua. Alguns destes estados europeus, a República Checa, por exemplo, são novos, criados no século XX, e são certamente mais recentes do que os Estados Unidos, com os seus 235 anos. No entanto, estes estados europeus, por muito recentes que sejam, estão alicerçados por povos que tinham um sentido preexistente das suas características distintivas, da sua identidade nacional. Nos Estados Unidos assistimos ao processo inverso. Os americanos criaram um estado antes de serem uma nação, e muita da história americana tem-se traduzido num esforço para definir a natureza dessa nacionalidade.

Esta falta de identidade e de etnia comum que caracteriza a América pode



POR
**Gordon
S. Wood**

Professor Emérito
de História, Brown
University, Providence

transformar-se numa vantagem no século XXI, dominado pela imigração de massa vinda do sul para o norte. Confere certamente aos Estados Unidos uma maior capacidade de aceitar e absorver imigrantes. O mundo inteiro encontra-se agora nos Estados Unidos. Claro que a América, recentemente, tem tido os seus próprios problemas com imigrantes, sobretudo os imigrantes ilegais vindos do México, mas os seus problemas com a imigração são mínimos quando comparados com os problemas de imigração que as nações europeias têm de enfrentar e continuarão a enfrentar durante o resto do século XXI.

Uma vez que os americanos nunca fo-

ram uma nação no sentido tradicional do termo, tem sido o estado, a Constituição, os princípios de liberdade, igualdade e governo livre que levam os americanos a imaginarem-se como um único povo. Ser americano não é ser alguém mas acreditar em algo. Isto era verdade na altura do nascimento dos Estados Unidos.

No final da Declaração de Independência de 1776 que criou os Estados Unidos, os membros do Congresso Continental comprometeram-se “uns com os outros” a dar as suas vidas, as suas fortunas e a sua honra sagrada. Não havia mais nada, para além deles próprios, a que se pudessem dedicar – ainda não havia nenhuma pátria, nenhuma nação.

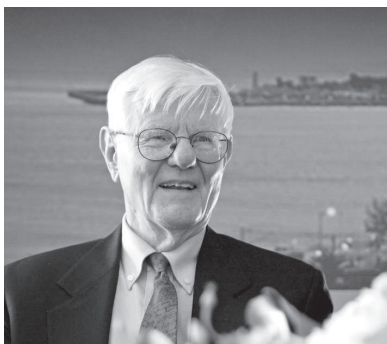
A Revolução Americana não foi uma consequência de dois milhões e meio de pessoas decidirem, em 1776, que perenciam a uma etnia distinta que tinha de cortar laços com o Império Britânico. A Revolução Americana não foi como a ruptura da Argélia com a França durante a década de 1960 ou a ruptura da Índia e do Paquistão com o Império Britânico na

década de 1940. Os americanos, praticamente até ao momento de declararem a independência em 1776, consideravam-se ingleses, iguais em todos os sentidos aos ingleses do centro metropolitano que ficava a três mil milhas de distância. Os direitos que invocaram em sua própria defesa contra os actos do governo britânico eram direitos ingleses, como o de não haver tributação sem representação ou o direito de julgamento com júri. Nunca exigiram direitos ou privilégios que fossem específicos para os americanos.

Quando o Congresso Continental começou a antecipar uma ruptura com a Inglaterra em 1775, alguns dos delegados compreenderam que continuar a falar em defender direitos ingleses estava a tornar-se constrangedor. Assim decidiram chamar direitos naturais a estes direitos, mas os direitos eram os mesmos, os bons velhos direitos ingleses. Como alguns dos líderes perceberam, tratava-se de uma revolução estranha, realizada em nome da constituição inglesa, não em oposição a ela. Os próprios britânicos, disseram os americanos em 1776, “têm de aplaudir um acto que está em perfeita conformidade com o verdadeiro espírito da sua constituição.”¹

Uma vez que os colonos sempre se viram como ingleses ou britânicos, demoraram algum tempo a verem-se como “americanos.” A única história que tinham em comum era enquanto britânicos. As únicas instituições históricas que partilhavam eram a coroa e o Parlamento. Para além da sua própria colónia, a sua atenção incidia sobre a mãe-pátria do outro lado do Atlântico, e não sobre as outras colónias. Quando o Congresso Continental reuniu em Filadélfia em 1774, a maior parte dos seus membros já tinha ido mais vezes a Londres do que a Filadélfia.²

Durante o período colonial os colonos não se denominavam americanos. Os oficiais britânicos em Londres é que os apelidavam de “americanos”. Foram os oficiais britânicos que ao longo da primeira metade do século XVIII imaginaram e recearam a possibilidade de uma América independente. Achavam que tinham sido eles a criar a América, antes dos colonos. Foi necessária a crise de 1765-1776 para convencer os colonos de que deveriam ter um destino separado dos ingleses. Só durante a crise imperial das décadas de 1760 e 1770 é que os colonos começaram a denominar-se americanos. Em 1776 não havia, seguramente, uma verdadeira nação;



Os americanos, praticamente até ao momento de declararem a independência em 1776, consideravam-se ingleses, iguais em todos os sentidos aos ingleses do centro metropolitano que ficava a três mil milhas de distância

nem mesmo um simulacro de um verdadeiro governo nacional. Na realidade, os americanos não tinham experiência em ser uma nação ou em fazer funcionar um governo central. “Antes da revolução,” diria mais tarde John Jay, “tivemos poucas oportunidades de nos informarmos ou de aprendermos alguma coisa sobre assuntos nacionais...Guerra e paz, alianças e tratados, e comércio e navegação eram levados a cabo e regulamentados sem o nosso conselho ou controlo.”³ Foi necessário aprender muito rapidamente a governar uma nação num mundo com outras nações.

No início faltava aos Estados Unidos praticamente todos os símbolos de uma verdadeira nação, uma que fosse respeitada pelo mundo civilizado. Não tinha uma bandeira, nenhum grande selo, nenhuns ritos, ou rituais, ou cerimónias, nenhuns emblemas de nacionalidade.⁴ O comis-

sário americano em França, Silas Deane, sentiu-se embaraçado pelo facto de a Declaração de Independência ter chegado sem ser devidamente autenticada por um selo nacional, sendo a utilização de selos, segundo Deane, “um costume muito antigo” na Europa. Em 1778 a França, não tendo a certeza de estar a lidar com um verdadeiro estado-nação, pediu que “os treze Estados Unidos da América do Norte” ratificassem individualmente o tratado comercial e a aliança militar que tinham sido negociados em Paris.⁵

A única semelhança com um símbolo nacional que o novo governo tinha era o número treze. Na verdade, eram os treze estados separados que se revoltaram em 1776 que suscitavam as lealdades das pessoas. O país de um homem era o seu estado, quer fosse a Virgínia ou Pensilvânia ou Massachusetts. Uma vez que não havia uma definição de cidadania nacional até a Décima Quarta Alteração ser aprovada na sequência da Guerra Civil, as pessoas eram cidadãs de um determinado estado, o que as tornava cidadãs dos Estados Unidos.⁶

Hoje em dia os americanos têm uma mobilidade extraordinária e têm tendência a ver o seu estado natal como apenas uma unidade administrativa entre muitas. Consequentemente hoje é difícil, mesmo para os americanos, entender a importância emocional que os estados tinham para as pessoas da jovem República. Os cidadãos da Virgínia e de Massachusetts tinham 150 anos de história provincial que sustentavam a sua lealdade aos respectivos estados. Era difícil para os Estados Unidos concorrer contra essa experiência. O problema é semelhante ao de criar hoje em dia um sentimento de ser europeu contra a lealdade que as pessoas sentem para com as suas respectivas nações na Europa.

No início, a autoridade central era muito fraca. De facto, o Congresso Continental não era de todo um organismo governamental. John Adams chamou à delegação de Massachusetts no Congresso Continental “a nossa Embaixada.”⁷ O Congresso era uma delegação de embaixadas de cada colónia (“uma assembleia diplomática,” como lhe chamou Adams) que se reuniu devido à exigência dos acontecimentos em 1774.⁸ Não tinha qualquer semelhança com uma legislatura; em vez disso, era uma reunião de estados individuais separados que se encontravam para resolver problemas comuns, sendo semelhante, como o nome indica, ao Congresso

de Viena de 1815. A Declaração da Independência elaborada pelo Congresso Continental realçava a soberania dos estados individuais proclamando que, enquanto “Estados Livres e Independentes, têm poder total para entrar em guerra, concluir acordos de paz, fazer alianças, estabelecer comércio e fazer todas as outras coisas que os Estados independentes têm o direito de fazer.” No início, os Estados Unidos da América tinham um significado literalmente plural que entretanto se perdeu.

Estes estados independentes eram muito diferentes uns dos outros e apenas pareciam semelhantes devido à língua e ao património cultural inglês que tinham em comum. À excepção da língua e do património cultural que partilhavam, eram quase tão diferentes uns dos outros como o eram os estados europeus do século XVIII. O estado puritano de Massachusetts com as suas pequenas quintas e o seu sentido generalizado de igualdade tinha muito pouco em comum com o estado aristocrático e escravagista de Virgínia, onde 40 por cento da população era composta por escravos africanos.

Inevitavelmente, estes treze estados, para conseguirem lutar com sucesso contra a Grã-Bretanha, a maior potência mundial, teriam de formar o mesmo tipo de união. Assim, assinaram um tratado que deu origem aos Artigos da Confederação. A confederação não era um estado; era uma “liga de amizade,” um “tratado de confederação” de estados separados e independentes, muito semelhante à actual União Europeia. Foi de facto difícil conseguir que os estados concordassem com esta união, sendo ratificada por todos os estados apenas em Março de 1871, três anos após o Tratado de Aliança com a França ter sido assinado e apenas seis meses antes da batalha de Yorktown, que acabou eficazmente com a guerra.

Consequentemente, durante a guerra os estados assumiram poderes que presumivelmente pertenciam apenas ao Congresso da Confederação, incluindo entrar em guerra, impor embargos e mesmo, em alguns casos, manter correspondência diplomática e negociações com o estrangeiro, em separado. Em tais circunstâncias foi difícil para a entidade colectiva chamada Estados Unidos estabelecer, aos olhos do mundo, o seu carácter ou reputação enquanto estado-nação legítimo. “Se fosse possível fazer com que os Estados Unidos se comportassem como Nação, e em con-

junto e de forma justa conduzissem o seu Comércio de acordo com os Princípios de Reciprocidade com todas as Nações,” disseram ao Congresso, em 1783, os comissários americanos que se encontravam em Paris a negociar o tratado de paz, então seria possível ter boas relações comerciais com o resto do mundo.⁹

Seja como for, após uma guerra longa e sangrenta este governo desunido e decrépito derrotou os britânicos – com uma grande ajuda dos franceses, financeira e militar. Parece pouco provável que os americanos tivessem conseguido vencer sem a ajuda de França. O certo é que a vitória decisiva de Yorktown em 1781 foi essencialmente uma vitória francesa. Não foi fácil para um governo como o britânico, a um oceano de distância, pôr fim a uma revolta que tinha o apoio de uma grande parte da população. É uma lição a que os actuais governos americanos não têm prestado devida atenção.

Alguns americanos não queriam que a guerra acabasse, receando que com a paz o país se desintegrasse. Parecia-lhes que a causa militar era a única coisa que mantinha os estados mais ou menos unidos. Com a ratificação do tratado de paz em 1783 emergiram as rivalidades entre os vários estados. E a conversa sobre a desunião e a criação de confederações regionais passou dos salões para a imprensa.

Uma vez que o país parecia ser incapaz de seguir a lei das nações, não angariava o respeito dos outros países. Os estados tinham tendência a ignorar algumas das obrigações feitas pelos Estados Unidos no tratado de paz, incluindo mesmo o pagamento, aos amigos do país, dos empréstimos de guerra que tinham sido contraídos. De facto, John Jay, secretário de estado dos negócios estrangeiros, disse a John Adams que “não tem havido um único dia desde que [o tratado] entrou em vigor em que ele não tenha sido violado na América, por qualquer um dos Estados.”¹⁰ Um francês disse aos americanos que “Enquanto não puserem ordem na vossa confederação, enquanto não tomarem medidas comuns para pagarem as dívidas, que contraíram em comum, enquanto não tiverem uma forma de governo e influência política,” o país nunca seria reconhecido pelo resto do mundo.¹¹

Os britânicos sentiam ainda mais desprezo pela nova república. Recusaram-se a enviar um representante diplomático para os Estados Unidos e continuaram a ocupar

postos no território ocidental do país. John Adams, o primeiro embaixador americano no Reino Unido, relatou em 1785 que “a pergunta que os ministros estrangeiros mais me fazem é sobre a razão de tal frequência de divisões de Estados na América.” Eles queriam saber porque é que os países eram tão propensos a “desfazer-se em pequenas sociedades separadas,” porque é que estava “em perigo de multiplicar infinitamente os membros da Confederação, ou de estabelecer repúblicas insignificantes, não reconhecidas pela confederação, que se recusavam a obedecer às suas leis.” Os estados europeus – Espanha, França, Bretanha – também já estiveram divididos em muitas parcelas, mas agora, disse, estavam todos a passar por um processo de reagrupamento, criando reinos únicos com a junção de todas essas partes. Porque é que os Estados Unidos não podiam fazer algo semelhante?¹²

Não era inevitável que uns quantos líderes americanos se reunissem em 1787 “para formar uma União mais perfeita.” Os designados Estados Unidos podiam facilmente ter-se desmembrado em vários estados regionais separados. Afinal, as guerras para a independência na América Latina produziram vinte e duas nações independentes onde existiam apenas alguns vice-reinos.

A criação da Constituição em 1787 foi uma espécie de milagre. Ninguém, dez anos antes, em 1776, tinha sequer imaginado a possibilidade de um governo federal tão forte. Toda a experiência e toda a teoria estavam contra uma república continental de tamanha dimensão. Os americanos revoltaram-se devido ao medo que sentiam de ter um poder longínquo a ameaçar as suas liberdades, e agora tinham criado exactamente esse governo distante e poderoso. Os melhores teóricos da época, entre os quais Montesquieu é o mais conhecido, disseram que as repúblicas nunca poderiam ser sustentadas se englobassem um grupo grande e diverso de pessoas. As Repúblicas, para se manterem, teriam de ser pequenas e culturalmente homogêneas. O novo governo federal, mais extenso e alargado, parecia desafiar tanto a experiência como esta sabedoria convencional.

No entanto, o alívio sentido aquando da ratificação da nova Constituição foi tanto que o povo americano estava mais eufórico e mais unido do que em qualquer outra altura desde a Declaração da Inde-

pendência uma década antes. “Está feito!” declarou o Dr. Benjamin Rush em Julho de 1788. “Tornámo-nos numa nação.”¹³

Esta pretensão era, no mínimo, exagerada, sem dúvida alimentada pela confiança que Rush tinha no facto de os Estados Unidos terem finalmente um governo merecedor do respeito do mundo civilizado. Mas a maioria dos americanos não partilhava do entusiasmo de Rush. Eles sabiam que ainda não eram uma nação e que não seria fácil criar uma. Devido à grande vaga de imigração, a América tinha uma sociedade diversificada. Para além das setecentas mil pessoas de ascendência africana e das dezenas de milhares de índios nativos, quase todos os povos da Europa ocidental estavam presentes no país. No recenseamento de 1790 apenas sessenta por cento da população branca de muito mais de três milhões tinha ascendência inglesa. Os demais incluíam uma variedade de etnias. Quase nove por cento eram alemães, mais de oito por cento eram escoceses, seis por cento escoceses-irlandeses, quase quatro por cento eram irlandeses, e mais de três por cento eram holandeses; os restantes eram franceses, suecos, espanhóis e pessoas de etnia desconhecida.

Mas para os reformadores iluminados do século XVIII a diversidade étnica e o multiculturalismo não eram coisas boas. Em vez de evidenciarem a variedade multicultural dos diferentes imigrantes, os reformadores procuraram realçar a extraordinária aculturação e assimilação dos muitos imigrantes que se juntaram num só povo, o que, como salientou Fisher Ames, figura política e literária de Massachusetts, significou que “para utilizar o jargão moderno, foram nacionalizados.”¹⁴

Para os líderes revolucionários a ideia de nação moderna, partilhada também por reformadores esclarecidos britânicos, franceses e alemães do século XVIII, era uma que não era fracturada por diferenças de língua, etnia, religião e costumes locais. A igualdade e a uniformidade entre as pessoas era desejável para qualquer nação, mas, como tinha sublinhado Montesquieu, era-o especialmente para uma república. As muitas histórias dos estados escritas após a Revolução eram tudo menos celebrações de regionalismo e da diversidade da nação. De facto, declarou David Ramsay que escreveu uma história do seu estado da Carolina do Sul, estas histórias locais eram testemunhos do empenhamento americano numa nacio-

nalidade esclarecida, planeada para “desgastar preconceitos – apagar asperezas e moldar-nos num povo homogéneo.”¹⁵

Povo homogéneo! Esta é uma frase que decididamente parece separar os americanos de hoje daquele mundo diferente e distante do século XVIII. Uma vez que os americanos podem hoje em dia considerar a sua nacionalidade como algo intrínseco, podem também dar-se ao luxo de celebrar a sua diversidade multicultural. Mas há duzentos anos os americanos estavam a tentar criar uma nação do nada e não podiam dar-se a esse luxo. Estavam a tentar desesperadamente transformar-se num povo, e essa necessidade desesperada de ser um só povo levou uma pessoa como John Jay a insistir na homogeneidade da América apesar da sua diversidade.

Jay vivia na cidade de Nova Iorque, o local mais diversificado em toda a América, quer em termos étnicos quer religiosos, e ele próprio era três oitavos francês e cinco oitavos holandês, sem qualquer ascendência inglesa. No entanto, Jay declarou no *Federalist No. 2*, que “a Providência sente-se satisfeita por dar este país uno e ligado a um povo unido – um povo que descende dos mesmos antepassados, falando a mesma língua, professando a mesma religião, ligados aos mesmos princípios de governo, muito semelhantes na sua maneira de ser e nos seus costumes e que, através dos seus conselhos, armas e esforços conjuntos ... nobremente estabeleceram liberdade geral e independência.”

Jay acreditava mesmo que era inglês.



Uma vez que a cultura americana, ao longo dos anos seguintes, se manteve esmagadoramente britânica, como é que esse povo podia ser uma nação separada e distinta?

O que é espantoso é ver até que ponto a variedade de povos europeus na América tinha assimilado a cultura britânica. Claro que a Inglaterra historicamente era muito boa a acolher imigrantes vindos do exterior, desde que fossem protestantes. Tinha recebido 50.000 huguenotes franceses no final do século XVII e no início do século XVIII tinha aceitado dezenas de milhares de alemães oriundos do Palatino e de outras áreas de língua alemã, muitos dos quais seguiram depois para as colónias americanas. A lei britânica sobre a nacionalidade, de 1740, era extremamente liberal para a época. Permitia que imigrantes não católicos nas colónias – mas não na própria Grã Bretanha – fossem naturalizados como súbditos britânicos de pleno poder após sete anos de residência. Ao contrário dos outros poderes imperiais, a Grã Bretanha encorajava os imigrantes protestantes a irem para as colónias.¹⁶

Tal como os imigrantes em tempos mais recentes, os imigrantes coloniais estrangeiros preocupavam-se com a incurção do inglês na sua língua materna. Mas era difícil resistir ao uso do inglês. Henry Muhlenberg, o patriarca da Igreja Luterana na América do Norte do século XVIII, por exemplo, via-se na necessidade de pregar muitas vezes em inglês, pois havia frequentemente pessoas a assistir às suas cerimónias que não falavam alemão.

A sociedade americana era diversa mas permanecia predominantemente britânica. Quase três quartos dos americanos eram de ascendência britânica, a maioria tinha um aspecto britânico e quase todos falavam a mesma língua que os súbditos da antiga pátria. Essa é a razão de muitos europeus os denominarem anglo-americanos.

Será que estes colonos, que já tinham sido britânicos e que tinham celebrado as suas raízes britânicas durante gerações, podiam tornar-se num povo verdadeiramente independente? Como é que um povo unido, como a mesma ascendência, a falar a mesma língua e a professar a mesma religião podia diferenciar-se do povo da antiga pátria? Uma vez que a cultura americana, ao longo dos anos seguintes, se manteve esmagadoramente britânica, como é que esse povo podia ser uma nação separada e distinta?

Estas questões, talvez mais do que quaisquer outras, atormentaram a política e a cultura ao longo das primeiras décadas da história da nova República.



| Gordon Wood, Raymond Plant, Bronislaw Misztal

Se era para se transformarem num único povo nacional com um carácter nacional, os americanos teriam de se inventar. Inicialmente, esforçaram-se por encontrar um nome próprio para o seu novo país. Aquando da celebração do terceiro centenário da descoberta da América por Colombo, em 1792, um patriota sugeriu “Os Estados Unidos de Colúmbia”, como nome para a nova República. Os poetas, desde Phillis Wheatley, uma mulher negra escrava, ao jovem Philip Freneau, diplomado de Princeton, viram a lógica do nome e assim muitas vezes se referiram ao país como Colúmbia. Com o mesmo ritmo e número de sílabas, Colúmbia podia facilmente substituir Britânia em novas composições adaptadas ao som de canções tradicionais inglesas.¹⁷

Mas o nome Colúmbia acabou por não ser aceite. Nem mesmo a sugestão do Dr. Samuel Mitchill, a de chamar Fredonia à nova nação e fredonianos ao seu povo. Apesar da afirmação do Dr. Mitchill de que “não podemos ser nacionais em sentimento e na realidade enquanto não tivermos um nome nacional,” a designação do país manteve-se os “Estados Unidos da América,” com o seu povo a apropriar-se do nome que por direito pertencia a todos os povos do Novo Mundo.¹⁸

Uma vez que o seu país não tinha um nome único nem uma etnia única, o melhor que os americanos podiam fazer era

procurar a sua identidade nacional e o seu carácter em algo que fosse para além das fontes tradicionais de nacionalidade. Uma das formas pelas quais procuraram estabelecer a sua nacionalidade foi afirmando, como o fez o Congresso em 1796, que eram a nação “mais livre e mais esclarecida” em todo o mundo.¹⁹

Esta pretensão era verdadeiramente extraordinária e fabulosa. Para a maioria dos europeus instruídos, a América parecia ser um país subdesenvolvido, recentemente saído de um estado selvagem, povoado de pessoas miscigenadas e rodeado de selvagens. A América não tinha uma vida de corte sofisticada, nem cidades magníficas, nem salas de concertos imponentes, nem salões sumptuosos nem tão pouco nada de que valesse a pena falar em termos artísticos. A sua economia era primitiva. Não havia ainda nada comparável ao Banco de Inglaterra, não havia bolsas, nenhuns grandes centros do capital. Dezanove em cada vinte americanos trabalhavam na agricultura e a maioria vivia em pequenas comunidades rurais.

Não obstante, apesar de estarem tão afastados dos centros de civilização, muitos americanos continuaram a acreditar que não só eram o povo mais esclarecido ao cimo da terra como também, precisamente por serem esclarecidos, eram, por esse motivo, uma nação. Na verdade, a América foi a primeira nação do mundo

No meio de um mundo revolucionário enlouquecido, a Grã Bretanha parecia ser, em 1809, um bastião de estabilidade, e, nas palavras de Timothy Pickering, antigo secretário de estado Federalista, “o país dos nossos antepassados, e o país a que devemos todas as instituições defendidas pelos homens livres

a basear a sua nacionalidade em valores do Iluminismo. Esta pretensão foi o que transformou o que poderia ter sido apenas uma rebelião colonial num acontecimento histórico mundial que prometeu, como Richard Price e outros estrangeiros liberais afirmaram, um novo futuro não apenas para os americanos mas para toda a humanidade.

Os americanos diziam a si próprios que eram o povo mais cosmopolita, compassivo, igualitário, tolerante e com maior nível de literacia em todo o mundo. Entre os seus camponeses havia pouco os costumes grosseiros dos charivaris que, por exemplo, ainda grassavam na Europa. Apesar da sua diversidade quase todos falavam a mesma língua, sem os dialectos locais que fragmentavam os países da Europa. As pessoas de Yorkshire não eram entendidas em Somerset e vice-versa. Na véspera da Revolução Francesa a maioria dos franceses não falava francês. Ao contrário dos países do Velho Mundo, os americanos eram entendidos duma ponta à outra do seu país. A outra fonte de nacionalidade a que os americanos apelaram era o facto da própria união. Na verdade, a União tornou-se sinónimo de nação. O presidente George Washington, cujo prestígio como pai do país não se igualava a ninguém, personificou essa União. Durante os primeiros oito anos da nova República, de 1789 a 1796, Washington manteve a nação coesa praticamente sozinho, como um monarca eleito.

Não foi simples criar esta união. Acreditando que os americanos, mais cedo ou mais tarde, teriam de regressar ao seu lugar certo dentro do Império Britânico, o governo britânico no Canadá fez ofertas generosas de terras e atraiu dezenas de milhares de migrantes americanos no início da década de 1790. Estes emigrantes pareciam não ter um grande investimento emocional nos Estados Unidos e não tiveram problema em deixá-lo em troca de terras gratuitas. O mesmo tipo de migração para o exterior começou a acontecer no Sudoeste, em direcção ao México, quando milhares de americanos se aproveitaram das terras oferecidas a um bom preço pelo governo espanhol. Tudo o que eles queriam era terras boas e a oportunidade de ganhar algum dinheiro.

Confrontado com sentimentos de lealdade tão fracos e fluidos para com os Estados Unidos, Washington e os seus companheiros Federalistas procuraram

desesperadamente fortalecer a União. Utilizaram-se de patrocínios, do exército, dos tribunais federais e por fim da coerção e da repressão, para criar unidade e evitar o que pensavam poder eventualmente ser uma invasão francesa dos Estados Unidos, apoiada pelos seguidores da Quinta Coluna de Thomas Jefferson. Foram no entanto demasiado longe, levando o país à beira de uma guerra civil, em 1798–99.

A eleição de Thomas Jefferson como presidente em 1800 suavizou a crise e produziu novamente um sentimento de começo. Jefferson repudiava a visão federalista dos Estados Unidos como um conjunto de estados-nação modernos e integrados. Em vez disso queria o mínimo de governo possível, um sem patrocínios, burocracia, uma instituição militar e todos os outros instrumentos coercivos de poder. Sob a administração de Jefferson apenas a entrega do correio levava as pessoas a recordarem-se de que tinham um governo federal.

Jefferson não se recusou apenas a reconhecer a estrutura e instituições de um estado moderno; aceitou com dificuldade o princípio de base de um estado, ou seja, o seu presumível monopólio de controlo legítimo sobre um determinado território. Para Jefferson, durante a sua primeira administração presidencial, os Estados Unidos não eram mais do que uma confederação pouco consistente, não muito diferente do governo dos anteriores Artigos da Confederação. Por isso a sua visão de um império de liberdade a expandir-se por um enorme continente não causava problemas à sua ideia flexível de estado. “Quem pode determinar até que ponto o princípio federativo pode funcionar eficazmente?” perguntou Jefferson aquando do seu segundo discurso inaugural. De facto, Jefferson sempre idealizou o seu “império de liberdade” como um de princípios semelhantes e não um de limites semelhantes. Desde que os americanos acreditassem em determinadas coisas, continuariam a ser americanos, independentemente dos limites do governo em que estivessem inseridos. Por vezes mostrava-se profundamente indiferente à possibilidade de uma confederação ocidental se formar e desligar dos Estados Unidos orientais. Que diferença é que isso fazia? Perguntou em 1804. “Os povos da confederação ocidental serão tanto nossos filhos e descendentes quanto aqueles que pertencem à oriental.”²⁰

A eleição de Thomas Jefferson como presidente em 1800 suavizou a crise e produziu novamente um sentimento de começo. Jefferson repudiava a visão federalista dos Estados Unidos como um conjunto de estados-nação modernos e integrados. Sob a administração de Jefferson apenas a entrega do correio levava as pessoas a recordarem-se de que tinham um governo federal



Nem todos os americanos se sentiam encantados com a visão jeffersoniana. Uma grande parte da população, na sua maioria de Nova Inglaterra, mantinha-se profundamente alienada do regime de Jefferson. Alguns cidadãos de Nova Inglaterra até começaram a falar na possibilidade de excluir o seu estado da União. O receio das paixões democráticas libertadas pelos Republicanos adeptos de Jefferson, fez com que muitos Federalistas repensassem no corte que a América fez com a Grã Bretanha em 1776. No meio de um mundo revolucionário enlouquecido, a Grã Bretanha parecia ser, em 1809, um bastião de estabilidade, e, nas palavras de Timothy Pickering, antigo secretário de estado Federalista, “o país dos nossos antepassados, e o país a que devemos todas as instituições defendidas pelos homens livres.”²¹

As revistas federalistas negavam até a existência de algo denominado americanidade. Em 1805 Benjamin Rush achava que quase todos os Federalistas, ou seja, afirmou, “uma maioria dos cidadãos nativos, idosos e ricos,” era “ainda inglesa no coração.” Na verdade, Rush foi ao ponto de dizer que se tinha enganado em 1788 quando disse que os americanos tinham criado uma nação. Eles não tinham, afirmava agora, “um carácter nacional, e por muito que nos gabemos disso, há muito poucos verdadeiros americanos nos Estados Unidos.”²²

Uma vez que os americanos estavam ansiosamente a tentar estabelecer a sua

identidade enquanto povo independente, distinta dos seus antepassados britânicos, os vários sentimentos anglófilos expressos pelos Federalistas foram naturalmente sujeitos a uma interpretação errada e utilizados contra eles. O líder dos Federalistas na Câmara dos Representantes, Josiah Quincy, apercebeu-se perfeitamente dos erros que muitos dos seus colegas estavam a cometer ao declarar uma ligação emocional à Grã Bretanha. Tais declarações, além de “não abonarem muito a favor do seu patriotismo,” faziam-no “infinitamente menos a favor do seu discernimento. A verdade é que,” disse em 1812, “os britânicos encaramos como uma nação estrangeira, e nós devemos encará-los da mesma forma.”²³

Uma vez que a cultura britânica estava por todo o lado, era difícil ver a Grã Bretanha como estrangeira. Quase todas as peças de teatro a que os americanos assistiam no início da República não eram de origem americana mas sim britânica e eram representadas por actores britânicos que viajavam até à América. Das cento e sessenta peças de teatro profissional representadas em Filadélfia entre Maio de 1792 e Julho de 1794 apenas duas foram escritas por americanos. Mesmo quando os autores nativos tentavam as suas próprias criações, a influência inglesa era inescapável. Refira-se, como exemplo, a peça Independence escrita em 1805 pelo jovem dramaturgo da Carolina do Sul, William Ioor. Apesar do

título patriótico, a peça era baseada num romance inglês, passava-se em Inglaterra, e só tinha personagens inglesas.²⁴

Setenta por cento dos livros que os americanos liam eram edições pirata de livros ingleses. Cerca de três quartos de cada edição de uma das principais revistas americanas, a *Columbian*, utilizava fontes britânicas. Quase todas as canções que os americanos cantavam eram canções britânicas. As casas e os jardins dos americanos eram cópias dos estilos ingleses. Culturalmente, e também noutras áreas, os Estados Unidos pareciam ser um posto provincial do Império Britânico.

É neste contexto que podemos entender a declaração de guerra americana contra a Grã Bretanha, em 1812. O presidente James Madison afirmou que os Estados Unidos iam entrar em guerra contra a Grã Bretanha apenas por causa do recrutamento forçado que esta fazia de marinheiros americanos – a prática de navios de guerra britânicos pararem os navios comerciais americanos para capturarem marinheiros que eram, alegadamente, súbditos britânicos – e por causa das violações britânicas dos direitos marítimos americanos – o direito, enquanto entidade neutra, de transportar bens não contrabandeados até um porto beligerante. Ambas as questões davam a entender que os Estados Unidos eram ainda, de certa forma, uma colónia da Grã Bretanha. Visto que os marinheiros americanos e ingleses eram frequentemente muito parecidos, os comandantes de navios ingleses muitas vezes capturavam cidadãos americanos, achando que estes eram súbditos ingleses. Esta prática de recrutamento forçado causou muita indignação precisamente porque mostrou claramente aos americanos a natureza ambígua e fluida da sua identidade nacional.

Apesar de a guerra de 1812 ter acabado num empate, a maioria dos americanos achou que ela tinha sido uma grande vitória. Os Estados Unidos, que antes eram vistos como um país tão frágil que em breve se desagregaria, emergiram da guerra com um novo sentimento de força e união. As pessoas, observou Albert Gallatin em 1815, “são mais americanas; elas sentem e agem mais como uma nação; e espero que a permanência da União esteja desse modo mais bem consolidada.”²⁵ A guerra, que para os americanos foi uma segunda revolução americana, pareceu sustentar a corajosa experiência americana de democracia. Os Federalistas

ficaram completamente desacreditados, e a nova República ganhou uma autoconfiança nunca antes conseguida.

A partir desse momento os americanos viraram-se para dentro e começaram a aperceber-se que tinham um problema bem mais profundo de potencial desunião

do que o do seu legado britânico. A partir da crise do Missouri, em 1819, a questão da escravatura dominou o seu pensamento. A partir desse momento, a Guerra Civil tornou-se inevitável. Só no seu rescaldo é que os americanos começaram finalmente a criar uma nação unida. ■

NOTAS

¹ *Pennsylvania Gazette*, 9 Oct. 1776.

² John M. Murrin, “A roof without Walls: The Dilemma of American Politics,” in Richard Beeman et al., eds., *Beyond Confederation: the Origins of the Constitution and American National Identity* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1787), 340.

³ John Jay, Address to the People of the State of New York (1787), in Henry P. Johnson, ed., *The Correspondence and Public Papers of John Jay* (New York: G.P. Putnam’s sons, 18910), 3: 298-99.

⁴ Benjamin Irvin, *Clothed in Robes of Sovereignty: The Continental Congress and the People Out of Doors* (New York: Oxford University Press, 2011)

⁵ David M. Golove and Daniel J. Hulsebosch, “A Civilized Nation: The Early American Constitution, the Law of Nations, and the Pursuit of International Recognition,” *New York University Law Review*, 85 (2010), 932-1066.

⁶ James H. Kettner, *The Development of American Citizenship, 1608-1870* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 19780), 213-47.

⁷ John Adams to Abigail Adams, 18 Sept. 1774, in L.H. Butterfield et al., eds., *Adams Family Correspondence* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1963), 1: 158.

⁸ Adams, quoted in Gordon S. Wood, *The Creation of the American Republic, 1776-1787* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1969), 580.

⁹ The American Peace Commissioners to the President of Congress, 10 Sept. 1783, in Gregg L. Lint et al., eds., *Papers of John Adams* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010), 15: 286-87.

¹⁰ John Jay to John Adams, 1 Nov. 1786, in *Diplomatic Correspondence of the United States of America: From the Signing of the Definitive Treaty of Peace, September 10, 1783, to the Adoption of the Constitution, March 4, 1789...* (Washington, DC: Blair and Rives, 1837), 2: 674.

¹¹ Chevalier de Chastellux to Gouverneur Morris, 8 Dec. 1784, in Jared Sparks, ed., *The Life of Gouverneur Morris, with Selections from His Correspondence...* (Boston: Gray and Bowen, 1832), 1: 272.

¹² John Adams to John Jay, 24 Nov. 1785, in Charles Francis Adams, ed., *The Works of John Adams* (Boston: Little, Brown, 1850-56), 8: 347-48.

¹³ Rush to Elias Boudinot[?], 9 July 1788, in

Lyman H. Butterfield, ed., *Letters of Benjamin Rush* (Princeton: American Philosophical Society, 1951), 1: 470-75.

¹⁴ Fisher Ames, “Falkland III, 10 Feb. 1801, *Works of Fisher Ames* (1854), ed. W.B Allen (Indianapolis: Liberty Fund, 1983), 1: 216.

¹⁵ David Ramsay to John Eliot, 11 Aug. 1792, in Robert L. Brunhouse, ed., *David Ramsey, 1749-1815: Selections from His Writings* (American Philosophical Society, Trans. N.s. 55, pt. 4 (1965), 133.

¹⁶ Kettner, *Development of American Citizenship*, 74-75.

¹⁷ Matthew Dennis, “The Eighteenth-Century Discovery of America: The Columbian Tercentenary (1792) and the Creation of American Identity,” in William Pencak, Matthew Dennis, and Simon Newman, eds., *Riot and Revelry in Early America* (University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2002), 205-228.

¹⁸ Alan David Aberbach, *In Search of an American Identity: Samuel Latham Mitchill, Jeffersonian Nationalist* (New York, 1988), 154-56; Joseph Jones, “Hail, Fredonia!” *American Speech* (1934), 12-17; Richard L. Merritt, *Symbols of American Community, 1735-1775* (New Haven: Yale University Press, 1966); T.H. Breen, “Ideology and Nationalism on the eve of the American Revolution: Revisions Once More in Need of Revising,” *Journal of American History*, 84(1997), 13-39.

¹⁹ Charles s. Hyneman and George W. Carey, eds., *A Second Federalist: Congress Creates a Government* (New York: Appleton-Century-Crofts, 1967), 24.

²⁰ Gordon S. Wood, *Revolutionary Characters: What Made the Founders Different* (New York: Penguin Press, 2006), 108.

²¹ Henry Adams, ed., *Documents Relating to New England Federalism, 1800-1815* (Boston, 1877), 389.

²² Benjamin Rush to John Adams, 29 June, 14 Aug. 1805, in John A. Schutz and Douglass Adair, eds., *The Spur of Fame: Dialogues of Johan Adams and Benjamin Rush, 1805-1813* (San Marino, CA: The Huntington, 1966), 28, 31.

²³ Bradford Perkins, Prologue to War, 61.

²⁴ Gordon S. Wood, *Empire of Liberty: A History of the Early Republic, 1789-1815* (New York, Oxford University Press, 2009), 599.

²⁵ Gallatin to Matthew Lyon, 7 May 1816, in Henry Adams, ed., *The Writings of Albert Gallatin* (Philadelphia, 1879), 2: 700.